



Sobre este Guião

A Cadeia de Valor da Terra Comunitária (CaVaTeCo) é uma abordagem que pode melhorar a segurança da posse e gestão de terras comunitárias e recursos naturais no contexto de grandes investimentos em terras. A CaVaTeCo fornece a base conceptual para o trabalho nos Distritos de Namarroi e Ile na Província da Zambézia pela ORAM e Terra Firma. Este projecto faz parte do LEGEND Challenge Fund do DFID. Este Fundo permite que as agências da sociedade civil testem abordagens inovadoras à terra e mostrem às empresas como podem implementar abordagens práticas que garantam os direitos à terra e aos meios de subsistência da comunidade e a sustentabilidade do investimento empresarial baseado na terra.

Uma característica chave da CaVaTeCo envolve a delimitação participativa da terra familiar, levando ao reconhecimento formal pelas associações comunitárias dos direitos de ocupação dos proprietários. A experiência com a delimitação das primeiras 3.500 parcelas de terra familiares, cobrindo quase 18.000 hectares em 10 comunidades, mostra que a participação generalizada dos proprietários de parcelas contíguas permite um trabalho mais rápido, maior cobertura e custos mais baixos.

Participação activa dos vizinhos permite trabalho mais rápido e com custos baixos:

- 1. Sensibilização e aceitação da comunidade é crucial**
- 2. Com parcelas contíguas e vizinhos ativos, pouco tempo é gasto à procura de testemunhas**
- 3. A delimitação de uma parcela reduz o trabalho necessário para as parcelas adjacentes**
- 4. As equipas gastam mais tempo na delimitação, menos na busca da próxima parcela, proprietário e testemunha**

A delimitação de terras familiares beneficia enormemente da participação activa e da colaboração entre vizinhos. Na melhor das hipóteses, um grupo de vizinhos adjacentes quer ter suas terras contíguas delimitadas, e todos aparecem no mesmo dia para percorrer o processo. Nestes casos, o processo de delimitação é mais rápido, as equipas de campo podem normalmente fazer mais parcelas por dia e os custos por parcela são mais baixos.

Isso porque, ao terminar a delimitação de uma parcela com um vizinho como testemunha, as partes podem trocar papéis. A testemunha da primeira parcela sobe como proprietária da segunda parcela, e o proprietário da primeira parcela serve como testemunha da segunda parcela. A linha de delimitação que separa a primeira da segunda parcela, tendo acabado de ser desenhada e mapeada com todos os presentes, não tem de ser retrabalhada. Se o terceiro vizinho adjacente estiver presente, o processo se repete, com o proprietário da segunda parcela testemunhando a delimitação da terceira parcela, e as informações sobre o seu limite comum não precisam ser coletadas novamente.



Na comunidade Mulumassi, no sul do Distrito de Ilê, as formas azul-claro sombreadas mostram um grande bloco de parcelas contíguas, representando quase 100% de participação dos vizinhos no processo de delimitação. As lacunas indicam terras pertencentes a pessoas que decidiram não delimitar as suas terras; terras pertencentes a pessoas que não estavam presentes ou que não puderam participar nesta primeira ronda de delimitação; e terras que estão reservadas para uso comunitário (tais como florestas sagradas).

Com a participação activa dos vizinhos imediatos, gasta-se pouco tempo à procura de testemunhas. A delimitação de parcelas adjacentes no mesmo dia significa que os limites compartilhados não precisam ser revistos novamente, economizando mais tempo. Uma vez terminada a encomenda, a equipa passa imediatamente a trabalhar com os vizinhos já presentes.

À esquerda: Delimitação de terras familiares contíguas em Mulumassi

Se os vizinhos adjacentes não delimitarem as suas terras, as parcelas isoladas devem ser delimitadas como "ilhas" virtuais. Quando alguém não quer participar, ele ou ela também pode não estar disposto a servir como testemunha de fronteira com os vizinhos que participam, por isso encontrar testemunhas pode ser demorado. Depois que a primeira parcela é feita, a equipa deve pular para uma nova parcela, e delimitar todo o limite de uma nova 'ilha'.

É essencial ter uma boa sensibilização da comunidade e uma aceitação generalizada da iniciativa antes do início da delimitação, começando com o apoio do governo local e dos líderes tradicionais. Conflitos de terra entre vizinhos, ou preocupações sobre investidores externos "usurpando" terras, podem inibir a participação. No entanto, a delimitação pública transparente também pode ser aceite como uma forma de resolver disputas fronteiriças, ou de confirmar direitos antes da realização de investimentos externos.



Acima: Parcelas dispersas em Enhumua.

ORAM Nampula

Calisto Ribeiro, Delegado Regional

Cel: +258 84 601 5870

calisto.mucheio@oramnampula.org.mz

ORAM Zambézia

Alberto Chirindza, Delegado Provincial

Cel 1: +258 82 491 2951, Cel 2: +258 84 049 9040

alberto_chirindza@yahoo.com.br

Terra Firma

Simon Norfolk, Director

Cel: +258 82 306 7890

simon@terrafirma.co.mz



Autores: Daniel Mullins e Juma Aiuba

Este projeto é financiado pelo LEGEND Challenge Fund, uma iniciativa do Department for International Development (DFID) do Reino Unido, administrado pela KPMG. Este Fundo permite que as agências da sociedade civil testem abordagens inovadoras à terra e mostrem às empresas como podem implementar abordagens práticas que melhorem os direitos à terra e os meios de subsistência e a sustentabilidade do investimento empresarial em terra.

<https://landportal.info/partners/legend>

Aviso: As opiniões e opiniões expressas neste documento são as dos autores e não refletem necessariamente a política ou posição oficial do DFID.